

SÚMULA DO PARECER TÉCNICO 140/14/IE

PROCESSO: 199/2010
INTERESSADO: Alcoeste Destilaria Fernandópolis S/A
ASSUNTO: Ampliação de parque industrial e expansão do cultivo de cana de açúcar para incremento da produção de etanol, açúcar e energia elétrica
MUNICÍPIO: Fernandópolis

1. INTRODUÇÃO

Trata-se da súmula do Parecer Técnico 140/14/IE, elaborado pelo Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos, para subsidiar o licenciamento ambiental prévio da ampliação industrial e expansão das áreas de plantio de cana de açúcar da Alcoeste Destilaria Fernandópolis S/A, localizada no município de Fernandópolis.

2. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

O parque industrial do empreendimento está instalado no imóvel rural denominado Fazenda Santa Rita, zona rural do município de Fernandópolis. O parque industrial e as áreas agrícolas estão inseridos nas Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Turvo/Grande (UGRHI 15) e São José dos Dourados (UGRHI 18).

O empreendimento tem como objetivo aumentar a capacidade de moagem de cana-de-açúcar de 1.250.000 t/safra para 4.000.000 t/safra, com aumento da produção de etanol de 101.742.867 m³/safra para 198.720.816 m³/safra, cogeração de energia elétrica de 3,9 MW para 80,0 MW, e início da produção de açúcar em 213.850 t/safra. A área abrangida pelo empreendimento compreende os municípios de Fernandópolis, Macedônia, Estrela D'Oeste, Pedranópolis, Guarani D'Oeste, Pontalinda, São João das Duas Pontes, Jales, Ouroeste, Turmalina e Vitória Brasil.

Segundo a Resolução Conjunta SMA-SAA nº 4/2008 que dispõe sobre o Zoneamento Agroambiental para o Setor Sucroalcooleiro do Estado de São Paulo, alterada pela Resolução SMA-SAA nº 6/2009, o parque industrial da usina e as áreas agrícolas estão localizadas em áreas classificadas como *Adequadas com Limitações Ambientais*. As áreas agrícolas necessárias para produção da matéria-prima serão de fornecedores, totalizando 55.001 ha.

3. COMPATIBILIDADE LEGAL

Foram apresentadas as certidões de uso e ocupação do solo e manifestações favoráveis das Prefeituras Municipais, em atendimento aos artigos 5º e 10 da Resolução CONAMA 237/97.

4. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

A avaliação dos principais impactos foi realizada considerando a Resolução SMA 88/2008, que define as diretrizes técnicas para o licenciamento de empreendimentos do setor sucroalcooleiro no Estado de São Paulo. Foram analisados os principais impactos e medidas mitigadoras, conforme segue:

•Expectativa da População Quanto à Ampliação do Empreendimento

De acordo com a pesquisa de percepção apresentada, foram mencionados como principais aspectos negativos a poluição provocada pelas queimadas, degradação do solo e do meio ambiente e desmatamento. Para a Licença de Instalação, será apresentado um Programa de Comunicação e Participação Social detalhado, contemplando esclarecimentos à população sobre as medidas ambientais adotadas para mitigação dos problemas apontados na Pesquisa de Percepção Ambiental, inclusive sobre a legislação que proíbe a queima da palha da cana de açúcar.

•Impactos Gerados no Canteiro de Obras

SÚMULA DO PARECER TÉCNICO 140/14/IE

As obras de ampliação do parque industrial serão realizadas em um período de 7 anos, prevendo a implantação da fábrica de açúcar, implantação de dois tanques de armazenamento de etanol, construção de dois armazéns para açúcar, ampliação da destilaria, e implantação de áreas de apoio. Para a emissão da Licença de Operação deverá ser apresentado relatório do Programa de Gestão Ambiental das Obras, contemplando o gerenciamento de resíduos da construção civil e recuperação das áreas afetadas pelas obras.

•Geração de Empregos e Impactos Relacionados à Mão de Obra

Após a ampliação está prevista para a operação do empreendimento uma demanda de 1.600 funcionários durante a safra e 1.455 durante a entressafra, havendo aumento no quadro geral de funcionários em relação à situação atual. Deverá ser apresentado para a LI um Programa de Treinamento e Capacitação de Mão de Obra Local para capacitar e priorizar a contratação da mão de obra da região.

•Impactos sobre a Infraestrutura e Equipamentos Municipais

Para minimizar eventuais impactos da mão de obra do empreendimento sobre a infraestrutura municipal como a saúde e educação, deverá ser priorizada a contratação de mão de obra local. Para a LI, o empreendedor deverá apresentar um Programa de Reforço da Infraestrutura Municipal a ser implementado em parceria com as Prefeituras Municipais.

•Aumento do Tráfego de Veículos

São realizadas 160 viagens por dia para o transporte de produtos acabados, matéria prima, subprodutos, dentre outros, e com a ampliação do empreendimento, estima-se um aumento para 488 viagens diárias. Para mitigação dos impactos decorrentes do aumento do tráfego de veículos sobre o sistema viário, deverá ser implementado um Programa de Controle de Tráfego de Veículos e Conservação das Estradas, que deverá incluir termos de cooperação firmados com as Prefeituras Municipais para conservação de estradas vicinais.

•Interferências no Patrimônio Arqueológico

O Diagnóstico Arqueológico realizado no parque industrial e nas áreas de plantio de expansão foi aprovado pelo IPHAN. Para a emissão da LI, deverá ser apresentado um Programa de Prospecções Arqueológicas e de Educação Patrimonial para a área de influência do empreendimento.

•Intervenções em Remanescentes de Vegetação Nativa e em Áreas de Preservação Permanente (APPs)

Os fragmentos de vegetação nativa na AID são de Savana, Floresta Estacional Semidecidual e áreas de contato entre as duas formações. Os fragmentos encontram-se isolados, com presença de cipós em áreas de borda e com sinais de degradação antrópica. Desta forma, para a LI deverá ser apresentado um Programa de Recuperação Florestal, contemplando ações de recuperação de APPs e um Subprograma de Monitoramento e Manejo da Vegetação Nativa Remanescente.

•Impactos sobre Unidades de Conservação

Tanto a unidade industrial quanto as áreas agrícolas não se localizam em unidade de conservação de uso sustentável ou em zona de amortecimento de unidades de proteção integral. Desta forma, não são esperados impactos sobre unidades de conservação decorrentes do empreendimento proposto.

•Impactos sobre Comunidades Faunísticas

Foram identificadas 16 espécies da fauna ameaçadas de extinção na AID. A ocupação do solo, com intensas atividades operacionais no campo e da circulação de trabalhadores rurais e de veículos e máquinas pode promover alterações nos recursos naturais disponíveis e na segurança da fauna. Para a LI, o empreendedor deverá apresentar um Programa de Conservação e Monitoramento Sazonal da Fauna, e um Programa de Treinamento Ambiental para motoristas, trabalhadores e proprietários rurais, visando minimizar impactos associados ao atropelamento, caça, pesca e degradação de áreas naturais.

•Impactos sobre a Disponibilidade Hídrica

SÚMULA DO PARECER TÉCNICO 140/14/IE

A demanda hídrica industrial será de 770,3 m³/h, a ser atendida por meio de captação nos córregos Santa Rita e do Macaco, e captação subterrânea em dois poços no Aquífero Botucatu/Piramboia. De acordo com o EIA, será atendido o limite de 1 m³/t de cana processada estabelecido pela Resolução SMA 88/08 para áreas classificadas como *Adequadas com Limitações Ambientais*. Para a LI deverão ser avaliadas medidas para redução de consumo e captação de água e deverá ser apresentado um Programa de Monitoramento de Qualidade das Águas Superficiais.

•Alteração da Qualidade do Ar Decorrente da Queima do Bagaço na Caldeira

De acordo com o EIA, está prevista a repotenciação das duas caldeiras atuais e a implantação de uma nova caldeira com capacidade de 250 tvh, totalizando uma capacidade nominal de 470 tvh. O estudo de dispersão indicou que as emissões atenderão os padrões de qualidade do ar estabelecidos pela Resolução CONAMA 03/90 e pelo Decreto 59.113/13. Para a LO deverão ser apresentados resultados de amostragem comprobatória em chaminé, para todas as caldeiras.

•Desencadeamento de Processos Erosivos Devido ao Cultivo de Cana-de-Açúcar

Os procedimentos de conservação do solo propostos pela usina, para prevenção e controle de processos erosivos são adequados. Para a LI, o empreendedor deverá apresentar o detalhamento do Programa de Conservação do Solo, com a identificação de processos erosivos eventualmente já instalados em áreas da AID para posterior correção e monitoramento. Para a LO, deverá ser apresentado relatório consolidado do Programa, comprovando as medidas adotadas pela usina para recuperação e conservação dos solos.

•Geração de Resíduos Sólidos

Na fase de operação, o resíduo sólido de maior representatividade será o bagaço da cana de açúcar, que será queimado nas caldeiras e utilizado na cogeração de energia. Para a LI, deverá ser apresentado o detalhamento do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, de acordo com a legislação vigente.

•Geração de Efluentes Líquidos

Os efluentes domésticos gerados serão encaminhados para um sistema de fossa séptica com capacidade para atender a demanda futura. Quanto à geração de efluentes industriais, estima-se um aumento de 369.286 m³/safra para 1.101.600 m³/safra de águas residuárias e de 1.227.432 m³/safra para 2.429.856 m³/safra de vinhaça. A vinhaça juntamente com as águas residuárias será aplicada na lavoura. Para a LI deverá ser apresentado projeto de sistema de tratamento das águas residuárias provenientes de locais de manuseio de óleos e graxas e outros produtos químicos.

•Risco de Contaminação do Solo e dos Recursos Hídricos Decorrentes da Aplicação da Vinhaça na Lavoura de Cana de Açúcar

Após a ampliação serão gerados 2.429.856 m³/safra de vinhaça que, aplicados à taxa média de 495 m³/ha, serão distribuídos em 2.480 ha, representando 13% da área agrícola futura. Durante a operação do empreendimento deverão ser apresentados relatórios anuais do Plano de Aplicação de Vinhaça e do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas.

•Risco de Contaminação do Solo e dos Recursos Hídricos Decorrentes da Utilização de Agrotóxicos

Segundo o EIA, a usina adota ações de controle biológico de pragas, práticas culturais como a rotação de culturas e técnicas e práticas ambientalmente adequadas de uso e aplicação de agrotóxicos. Para a LI, deverá ser apresentado um Programa de Minimização de Uso de Agrotóxicos.

•Risco de Acidentes Devido ao Armazenamento de Combustíveis

A usina armazena etanol em 3 tanques de 5.000 m³, 4 tanques de 3.000 m³ e um tanque de 20.000 m³, estando prevista a instalação de mais 2 tanques com capacidade para 20.000 m³, totalizando uma capacidade de armazenamento de 87.000 m³. O etanol, classificado como líquido inflamável, é uma substância de interesse da Norma CETESB P4.261/03, porém a usina situa-se

SÚMULA DO PARECER TÉCNICO 140/14/IE

distante de núcleos urbanos, sendo suficiente a implantação de um Programa de Gerenciamento de Risco – PGR.

5.PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Caberá à Câmara de Compensação Ambiental da SMA definir a destinação e a forma de pagamento dos recursos da compensação previstos na Lei 9985/2000, sendo condicionante para a emissão da LI, a apresentação do comprovante de pagamento pelo empreendedor e a assinatura de um Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA, conforme estabelecido no Decreto Estadual n. 60.070 de 15/01/2014. Para a LO deverá ser apresentado relatório contábil, comprovando o montante efetivamente despendido na implantação do empreendimento, visando a realização de ajustes no valor destinado à compensação ambiental do empreendimento.

6. CONCLUSÃO

Em função do exposto, a equipe do Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos entende que o empreendimento é ambientalmente viável, desde que atendidas as medidas propostas no EIA e as exigências do Parecer Técnico 140/14/IE. Nestes termos, submete este Parecer Técnico ao CONSEMA para apreciação e deliberação sobre a viabilidade ambiental da Ampliação Industrial e Agrícola da Alcoeste Destilaria Fernandópolis S/A no município de Fernandópolis.

São Paulo, 11 de abril de 2014.

(Original Devidamente Assinado)

Iracy Xavier da Silva
Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental
Assistente Executiva